

## EVOLUÇÃO DA ECONOMIA RURAL DO SUDOESTE PAULISTA

José Barreira \*

Muitas áreas da província de Minas Gerais, a partir dos meados do século XVIII com a decadência da mineração, tornaram-se centros dispersores de povoamento. Os fluxos migratórios tomaram duas direções, uma ao vale do Paraíba, e outra em direção à depressão periférica paulista. O sul de Minas Gerais volta-se para a criação de gados bovinos e e suínos e uma pequena cultura de subsistência. Como os provimentos de mulas, jumentos, cavalos, fumos e toucinhos salgados, provenientes do Rio Grande do Sul, eram realizados pelos fazendeiros e tropeiros de Minas nas feiras de animais de Sorocaba, a depressão periférica constituía-se num verdadeiro corredor de negócios. As movimentações, os contatos, as confluências de pessoas eram tais nestas paragens que muitos tropeiros acabaram tomando conhecimento de terras devolutas existentes no vale do Paranapanema.

O desbravamento dos sertões do Sudoeste Paulista, mais precisamente no interflúvio dos Rios do Peixe e Paranapanema desde o Rio Capivara ao Ribeirão Anhumas, promovidos, a partir da segunda metade do século XIX, por mineiros criadores de gado, como José Teodoro de Souza, seguidos posteriormente por outros conterrâneos e parentes com as mesmas tradições, inicia-se o processo de ocupação de grandes extensões de terra por meios de posses de compras. Vejam o exposto de Nice Lecocq Muller (1956) sobre a ocupação do oeste paulista, a partir de 1850:

*“A primeira valorização da região Oeste Paulista, feita através do pastoreio, por criadores mineiros, deixou assim de lado imensas áreas florestais... No espigão mestre entre o Paranapanema e o Rio do Peixe, fundarão São Pedro do Turvo, São José dos Campos (hoje Campos Novos Paulistas) e Nossa Senhora da Conceição do Monte Alegre. Com outro propósito e visando a outro tipo de terras, não teria aparentemente, relação alguma com a colonização posterior, realizada como conseqüência da marcha do café. No entanto, é preciso lembrar que os criadores mineiros agiram como os primeiros pioneiros da região, facilitando o caminho dos agricultores que os seguiram: os núcleos por eles fundados serviram de base à irradiação do povoamento; as picadas que abriram seriam seguidas na expansão da cafeicultura”.*

Determinadas condições nacionais contribuíram para com a atual vocação econômica regional: um melhor conhecimento do Estado de São Paulo fazia-se necessário para a expansão da cultura cafeeira, o estado de beligerância entre Brasil e Paraguai e o crescimento da economia matrogrossense exigindo meios de comunicações tão necessários por questões de segurança nacional e integração política e econômica, possibilitando o escoamento de produções e encurtamento das distâncias entre

---

\* Docente do Departamento de Geociências - CCE/FUEL



Mato Grosso e São Paulo. As estradas boiadeiras que possibilitam as comunicações entre estes dois Estados foram de grande importância para que o povoamento regional se desse a partir da exploração patoril.

A partir do início do século XX, a capital paulista passa a conhecer um crescimento demográfico expressivo, atingindo 239.980 almas em 1900, contra 579.033 em 1890 e 1.269.485 em 1910, portanto, constituindo-se num grande e crescente mercado consumidor de produtos alimentares, principalmente de carne.

Diante destas condições efetua-se a exploração de abertura de estradas boiadeiras pela Companhia de Viação São Paulo — Mato Grosso, que, partindo de Porto Alegre (MS) Via Porto Tibiriçá (SP) e margeando o Rio Santo Anastácio, ao longo do qual se estabeleceram pontos de pousos, mais tarde transformados em fazendas de criação de gado, e finalmente Indiana, o grande centro de engorda e revenda.

*“A produção de gado do Sul de Mato Grosso saía em grande parte via Santana de Paranaíba, principalmente para a clientela mineira. Para romper esta corrente estabelecida pelo costume e atrai-la para o novo circuito e para um novo mercado consumidor de gado magro para engorda era preciso criar um grande centro de engorda que atraísse os verdadeiros matogrossenses. Surgia então a idéia de transformar Indiana na boca da mata exigida para abastecer o Porto Tibiriçá, num grande centro distribuidor de gado magro de Mato Grosso e também num grande centro de engorda para abastecer o consumo paulista”. (Abreu, 1976).*

Como se pode observar o arcabouço da economia regional é mesmo nacional. As atividades criatórias, desde pouco mais de 1850, jamais conheceram períodos de crises de importância relativa, mesmo nos auges das produções cafeeiras e do algodão, esta atividade se desenvolvia paralelamente às práticas agrícolas.

Durante longo período, a criação e engorda de gado bovino permaneceram restritas às áreas de campos e cerrados. As terras agricultáveis, pelo modo como foram ocupadas e exploradas através de sistema cultivos permanente (café) e temporários (algodão, amendoim e cereais) acabaram esgotando suas fertilidades e aos poucos foram cédendo lugares às pastagens. Só muito recentemente, as terras cobertas de matas foram de imediato transformadas em áreas de pecuária extensiva, porém, conservando um relativo grau de melhoramento. A expansão das áreas de pastagens faz-se agressivamente às expensas de concentração progressiva de pequenas e médias propriedades ligadas às culturas comerciais e de subsistência.

O retorno à normalidade dos mercados europeus, logo após a primeira guerra mundial, bem como dos Estados Unidos da América, a partir de 1922, associados a uma política de valorização do café possibilitadas por mecanismos táticos de desvalorização das taxas de câmbio, bem como garantias das compras de excedentes exportáveis dadas pelo governo e uma contraditória instituição de armazéns reguladores no interior do Estado de São Paulo (Abreu, 1972). Estes fatores conjugados contribuíram para com a expansão da cultura cafeeira, sempre orientada pelos espíritos de Planalto Ocidental Paulista, consolidando-se assim a ocupação do extremo sudoeste do Estado de São Paulo.



As formas com que as glebas, como extensas áreas foram “adquiridas por compras ou ‘grilos’ cortadas em lotes para serem vendidas a pessoas de pequenas posses, desejosas de se enriquecerem com a plantação de café” (Abreu, 1972) contribuíram para o surgimento de dois fenômenos regionais importantes: primeiro, que a posse da terra não se fizesse unicamente pelo latifúndio, e sim uma estrutura fundiária onde coexistisse a pequena, média e grande propriedade; segundo a pequena posse rural foi a grande mola da urbanização, na medida em que os embriões urbanos se constituíram para gerar, inicialmente, os negócios do café e mais tarde do algodão e amendoim: máquinas de beneficiamento de café e cereais, oficinas de reparos, ferradores, bazares, pensões, farmácias, médicos, armazéns, residências e, principalmente, escritórios de companhias imobiliárias incumbidos dos loteamentos rurais e urbanos.

*“A ação urbanizadora do café alcançou sua plenitude no momento em que ganhou os espigões do Planalto Ocidental Paulista no final do século passado e primeira metade do atual. Então o que ocorria anteriormente, a fazenda precedendo a cidade, foi invertido. A cidade será na maioria das vezes o trampolim para a ocupação da zona rural. E continuará depois a fornecer-lhe as condições para o desempenho de suas funções vitais (Abreu, 1972). Marcos Alegre (1972), vai um pouco mais adiante: “Os núcleos urbanos criados para servirem de suporte à população do campo crescem e surge logo a necessidade de se organizar a área em termos político-administrativo e assim emergem os novos municípios”.*

O processo de urbanização era de tal modo vigoroso nas frentes pioneiras que os espaços político-administrativos apresentavam elevados graus de reorganizações territoriais.

Dos imigrantes estrangeiros que se destinaram ao extremo Oeste Paulista, grande parte era originária de outras zonas cafeeiras do Estado de São Paulo, os demais foram encaminhados diretamente pela Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo.

*“... na segunda metade do século XIX aprofundaram-se na Europa as relações capitalistas na indústria e agricultura. As contradições daí decorrentes estimularam grandes correntes emigratórias... a esmagadora maioria dos europeus emigrantes eram lavradores que perderam suas terras e que tentaram retornar a condição de proprietários rurais”. Continua Mamigonian “as sucessivas concentrações industriais do capitalismo europeu expulsaram do mercado artesãos, operários e pequenos empresários que vieram refazer suas vidas nas áreas de imigração” (Mamigonian, 1976).*

Como se observa a grande massa de imigrantes europeus que aqui aportou substituindo em São Paulo a mão-de-obra escrava pela assalariada era composta de membros de dois ambientes europeus: o rural e o urbano. A grosso modo, esta composição teve como resultado dois destinos: os de origem urbana (artesão, operários e pequenos empresários) acabaram por retornar aos centros urbanos, porém, paulistas, na sua grande maioria, como pequenos industriais; os de origem rural, uma parcela



expressiva, permanece nas atividades agrárias, porém, detendo, na maioria das vezes, os meios de produção que era a terra.

A crise na economia paulista, sofrida em decorrência da 1ª. Grande Guerra Mundial, fechando o mercado do café, contribuiu para que muitos e fortes fazendeiros fossem levados ao empobrecimento diante da impossibilidade das vendas de suas colheitas.

Os colonos, inicialmente preocupados com o retorno à Europa após seus enriquecimentos e mesmo aqueles resignados a continuar no Brasil, acumularam, ao longo de sua permanência nas fazendas de café, economias que acabaram por aplicá-las na compra de parcelas das terras nas quais trabalharam em regiões novas como as Altas Sorocabana e Paulista.

Inicia-se o marco da expansão da fronteira agrícola constituindo-se na chamada frente pioneira.

Diversos fatores contribuíram para com uma relativa eficácia nos negócios de vendas de lotes de terras (sítios e fazendas) no extremo Sudoeste Paulista.

Se de uma lado, as exigências de terras férteis representavam a possibilidade de melhores rendimentos, de outro, as compras de terras através da "participação dos próprios imigrantes estrangeiros já radicados, quer servindo de intérpretes, quer como agenciadores" (Abreu, 1972), viabilizava-se diante das condições psicológicas favoráveis garantida pelo sistema de relações de vizinhanças entre grupos de mesmas etnias. Estas práticas bastante comuns deram como resultados surgimentos de inúmeros núcleos coloniais étnicos, chegando a propiciar aparecimentos de verdadeiros "quistos raciais" no Brasil.

A região em estudo apresentava vários exemplos de núcleos coloniais constituídos ora por proprietários recém imigrados ora por imigrantes anteriores radicados nas velhas regiões paulistas, que adotaram elementos patrícios como colonos na formação da lavoura cafeeira, principalmente. Os núcleos coloniais mais expressivos faziam-se representar por diversos grupos étnicos com predominância européia (Centro-Oriental) e asiática (Japoneses, 50 por cento de todo contingente estrangeiro).

O Município de Presidente Venceslau, além de núcleos portugueses, espanhóis e japoneses, foi palco da presença de elementos alemães (schwaben Colonie - 1925), Caiuá teve as Colônias Veado (russos - 1925) e Arpad (húngaros - 1925), no Município de Santo Anastácio a presença de duas Colônias Aurora e Labiano constituídas por russos e ainda a presença marcante de espanhóis.

A presença japonesa em Presidente Prudente se faz lembrar pela Colônia Sankiô.

A presença de inúmeras companhias de Colonização rural e urbana contribuíram para uma relativa rapidez no processo de povoamento e assentamento de população.

Os exemplos dos alemães da Colônia Schwaben no Município de Presidente Venceslau demonstrou como os sistemas de colonização mal orientados ou organizados e acima de tudo em um país de constantes crises não deram os resultados esperados. A colônia que nos seus melhores dias atingiu cerca de 1.800 pessoas, num total de 300 famílias, viu-se aos poucos esvaziada, pois "alguns mudaram para a cidade para exercer as suas verdadeiras profissões, pois na verdade somente 10 a 15 por



cento desses colonos tinham prática com a terra, com a lavoura na Alemanha, os outros eram operários, açougueiros, pedreiros, carpinteiros e 'mecânicos finos'... Esta falta de prática no manuseio da terra ou seja com a agricultura foi também um grande fator para a evolução precária da colônia". (Antonio, 1981). A política de Hitler que conclamava o retorno dos alemães em terras ultramarinas com objetivos de unificar e reconstruir a Alemanha acelerou a desorganização desta colônia, resultando em retorno de cerca de 20 – 30 por cento de alemães a sua Pátria e um processo de encadeamento emigratório para os centros urbanos maiores com São Paulo ou mesmo para novas fontes pioneiras (Antonio, 1981).

A evolução da economia cafeeira no extremo Sudoeste Paulista caracterizou-se por várias etapas cujas causas foram as mais diversas.

Desde o início de sua expansão, por volta de 1917 até 1930, não obstante os percalços havidos em função dos resultados negativos da 1ª. Guerra Mundial e da crise de 1929 que obrigaram o governo a tomar diversas medidas que pudessem garantir e estimular a continuidade da expansão da cultura cafeeira, foi o período de maior produção de café verificado no Município de Presidente Prudente.

Após 1939, várias interrupções se verificaram, ora com ocorrências de fortes geadas (1932/36), a Revolução Constitucionalista de 1932 desviando lavradores e operários de suas atividades e, por fim um Decreto de 1931 estipulando uma multa na quantia de \$ 500 para cada novo pé de café plantado, com isto procurava-se uma redução progressiva na expansão de novos cafeeiros, medidas estas objetivando eliminar possíveis riscos de uma super produção. Em que pese tudo isto, a maior produção de café ocorrida na região de Presidente Prudente dera-se nos anos de 1935 e 1936.

Porém, estas atitudes estratégicas acabariam por refletir nos negócios do café que, aos poucos, foi sendo, por parte dos produtores, relegado a uma importância relativa, pois propiciaram uma retomada lenta, porém progressiva, da policultura comercial (Algodão, amendoim, mamona, etc...).

Outros fatores conjunturais de ordem internacional, como por exemplo as políticas de valorização do algodão nos U.S.A. (1933–1937) fazendo com isto aumentar a procura pelo algodão brasileiro, oferecido a preços inferiores, ainda em 1933; a Grã-Bretanha, da mesma forma, tomou medidas protecionistas que acabaram por valorizar os negócios do algodão, favorecendo a exportação brasileira para a Alemanha e Japão a partir de 1935. E por fim, a mão-de-obra livre formada por imigrantes estrangeiros, na sua grande maioria, constituía-se num mercado consumidor de tecidos que, somado ao surto da cultura de algodão, em grande parte divida às firmas estrangeiras que financiavam os pequenos agricultores e lhes davam assistência técnica além das suas finalidades de comercializarem a produção brasileira, estimularam o surto da indústria têxtil no país.



A partir de 1933, a cultura algodoeira alcançava o extremo sudoeste paulista alojando-se, inicialmente nas partes mais baixas (antes ocupadas pelo café que por conseqüência das geadas fora deslocado para os espigões), e mais tarde ocupando as terras, cuja cultura cafeeira tomava-se deficitária, bem como muitas áreas de matas acabaram cedendo lugar a esta nova lavoura.

Se a cultura cafeeira acabou por organizar conjuntamente os espaços agrário e urbano regional em função da estrutura agrária e sistemas de cultivo, bem como da instalação de uma rede urbana surgida em decorrência e para atender às necessidades sócio-econômicas, no sistema de relações cidade-campo vigente, a introdução de cultura do algodão contribuía em parte para reorganizar o espaço rural mediante: a) retalhamento das grandes e, mesmo, médias propriedades cafeeiras; b) redução das culturas de subsistência intercalares; c) uma paisagem policrônica surge substituindo a monotonia anterior; d) acelera-se ou intensifica-se as formas de exploração da terra por terceiros: parceria, arrendamento e meação, em geral procedidas por nordestinos a partir de 1934, bem como o fortalecimento dos equipamentos urbanos já existentes, na medida em que esta nova cultura propiciou, desde 1937 a 1940, as instalações de indústrias ligadas, inicialmente, ao beneficiamento de caroços e fibras de algodão como por exemplo: Anderson Clayton & Co., Esteve & Irmãos, McFaden & Cia., Sanbra S/A., Braswey S/A, Lotus S/A, SAAD S/A, Matarazzo, Cia. Nacional de Estamparia e outras.

O predomínio de estabelecimentos estrangeiros e nacionais e com seus centros de divisões extra-regional, em que pese suas importâncias como estimuladores e mesmo como suportes iniciais, pela natureza de suas atividades não básicas, drenaram as tendas auferidas para sedes instaladas em centros metropolitanos, que por sinal não cessam de acumular vantagens, traduzindo-se por um "imperialismo interno".

A colonicultura regional em 1940 atingia índices elevados de participação da produção do Estado bem como a sua produtividade superior às verificadas no Texas (213 kg/ha) e na Carolina do Norte (300 kg/ha) quando os municípios de Presidente Venceslau e Santo Anastácio atingiram (600 600/ha), Regente Feijó (750 kg/ha), o que resultava para a Alta Sorocabana uma média superior a (450 kg/ha). Em, 1964 para uma produção brasileira de 1.770.000 ton., o município maior produtor fora Mirante do Paranapanema com 9.660 ton., numa unidade da Federação que participou com 32,5 por cento. Em 1936 a região já detinha a quarta e quinta posições como produtora no estado: Rancharia (5.966 ton.) e Presidente Prudente (5.370 ton.).

Os preços mínimos garantidos e muitas vezes não cumpridos pelo governo, acabaram por não atingir nem mesmo o custeio da produção, agravado por um sistema de crédito rural que possibilitava o surgimento de uma dependência do produtor para com terceiros, que satisfiziam as exigências dos bancos como avalistas, tornando com isto possível o financiamento, o que acabava por configurar uma situação de "dívida ou compromisso moral" firmado ou não, propiciando como isto o aparecimento de intermediários, em número cada vez mais crescente.

Esta situação é bem característica em áreas onde predominam aluguéis de terras (parceria, arrendamento, meação) ou onde os pequenos produtores carecem de recursos próprios para gerir os seus negócios. Fatos estes bastante comuns cujas parcelas mais significativas estão entre os elementos nacionais que sobrevivem pelos seus



parcos recursos e baixos índices de organizações cooperativista.

Na década de 60 o IBC tomou medidas que acabaram por acelerar ainda mais as erradicações de cafezais. A fazenda Primavera, no município de Sagres, que dispôs 250 famílias, restando tão somente duas pessoas responsáveis pelo rebanho bovino. Uma outra no mesmo município, a São Benedito, uma pessoa substituiu 100 famílias de colonos em função de pecuária.

A adoção do sistema de trabalhos, a mecanização lenta, porém progressiva nos cafezais, tem igualmente liberado uma quantidade bastante numerosa de mãos-de-obra residentes nos locais de trabalho, levando-as a emigrarem ora para os centros urbanos mais próximos e que lhes oferecem oportunidades rurais e mesmo urbanas, ora para núcleos pré-urbanos que lhes possibilitam acessos diários ao campo com maiores facilidades, onde também o preço do aluguel é relativamente reduzido. O exemplo mais característico deste fenômeno verifica-se no município de Caiuá que assistiu, no seu distrito de Esperança do Oeste, a um incremento relativo populacional da ordem de 104,11% no período 1960/70.

As populações ainda residentes nos locais de trabalho, não raro, têm apresentado aspecto de extrema pobreza, citado por Milton Santos (1979), L. Peattie afirma que "se a cidade não oferece emprego seguro, o campo oferece uma pobreza segura". Na medida em que atitudes condescendentes de alguns proprietários ainda asseguram moradias a trabalhadores, mesmo pouco qualificados, estes não são atingidos pela emigração, pois as incertezas que a cidade lhes oferecem são muito grandes, preferindo, pois permanecerem nos seus estados de miséria que emigrar.

*O Brasil "teve de recorrer a emigrantes europeus para suprir os claros do Estado de São Paulo, pois era mais fácil deslocar o estrangeiro do que o homem do interior. Foi só depois da Primeira Guerra Mundial que a população do Brasil se pôs em movimento esse que, depois da Segunda Guerra, aumentou de tal maneira que chegou a causar inquietações.*

*(Lambert, 1973).*

Construções de estradas de rodagem ligando o Nordeste ao Sul possibilitando a integração. "O aliciamento, a concessão de passagens e o encaminhamento dos trabalhadores às fazendas, foram, entre outras, as formas principais do Governo Paulista manifestar seus interesses em atender à fome de braços dos fazendeiros do Estado". (Abreu, 1972).

A cultura do café recebeu parcela considerável de nordestinos, e após 1920 as culturas do algodão e amendoim foram as que mais atraíram os nordestinos sem terras, em busca das possibilidades de adquirí-las. Os flagelos das secas no Nordeste também contribuíram para com as emigrações em massa.

De 1941 a 1949 o Departamento de Imigração e Colonização (DIC) destinou, somente para a Sorocabana, 140.777 nordestinos que representavam 32,7 por cento do total recebido pela unidade da Federação, os grupos mais expressivos eram formados pelos mineiros mais numerosos e mais antigos, Baianos, Pernambucanos, Alagoanos, Sergipanos e Cearenses, respectivamente.

O emigrante nacional teve uma contribuição expressiva no processo de ocupação e povoamento da região em estudo, bem como do extremo oeste paulista.



A contribuição nordestina foram mais na formação de uma mão-de-obra barata que como detentores dos meios de produção (terra). Poucos nordestinos conquistaram as posses das terras através de transações financeiras, senão às custas de muitas lutas e conflitos, com os detentores de posses latifundiárias. Como acontece em Presidente Epitácio e Teodoro Sampaio.

Portanto, a pequena expressão de nordestinos, como proprietários de terras, pouco puderam contribuir para a atual estrutura fundiária regional. Não bastara todo o "Espírito empreendedor e ativo, disposição para o trabalho e o desejo de progredir, mentalidade aberta às novas técnicas" (Alegre, 1972), que caracterizara a postura do nordestino, ante o progresso material para que este se postasse à margem do processo produtivo que se verificou com os mineiros e estrangeiros, pois as condições sócio-econômicas nos locais de origem de partida dos nordestinos (Agreste e Sertão Nordestinos) a pobreza ou estagnação foram os fatores da expulsão.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Dióres Santos — Formação histórica de uma cidade pioneira, Presidente Prudente, F.F.C.L.P.P, 1972.
- , Dióres Santos. — Comunicação entre o Estado de Mato Grosso e o sudoeste de São Paulo. Comércio de gado. Separata n. 105 da Revista de História. São Paulo, USP, 1976.
- ALEGRE, Marcos — "População, e Povoamento" In: guia de excursões 1, Encontro Nacional dos Geógrafos. AGB. jun/72, pág. 36 a 77.
- ANTONIO, Armando Pereira — "Colônia Aimoré" — uma tentativa de reconstrução. Relatório CNPq. 1981.
- BENITES, Miguel G — "Domínio fundiário das cidades da Alta Sorocabana" In: Anais da AGB. vol. XVII. São Paulo, 1973 pág. 300 a 304.
- GARMS, Armando — "Sobrevivência as pequenas cidades: o exemplo da Alta Sorocabana" In: Caderno Prudentino de Geografia, 2, AGB, Presidente Prudente, 1981.
- GEIGER, Pedro Pinchas — "Aspectos das dimensões espaciais da industrialização no Brasil" In: Anais da AGB, vol. XIX, São Paulo. AGB. 1978, pág. 105 a 131.
- LAMBERT, Jaques — Os dois Brasis. São Paulo, Editora Nacional 1973.
- LEITE, José Ferrari — Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente. P. Prudente. F.F.C.L.P.P. 1972.



-----, José Ferrari – “A vida urbana”. In: Guia de Excursões, 1, Encontro Nacional dos Geógrafos. AGB. Jun/72, pág. 97 a 130.

-----, José Ferrari – Regiões em Crise. Geografia, 1, F.G.F.S.D. Marília, 1980.

MAMIGONIA, Armen – “Tendências recentes do processo de urbanização na Alta Sorocabana” In: Anais da AGB. Vol. XVIII, São Paulo. AGB. 1973 Pág. 289 a 291.

MULLER, Nice Lecocq – “Planalto Ocidental : a ocupação dos vales e dos espigões”. In: a marcha do café e as frentes pioneiras. Guia de Excursões n. 3 do XVIII EIG, Rio de Janeiro 1960.

SANTOS, Milton – O Espaço dividido. Rio de Janeiro. Ed. Francisco Alves, 1979.



MAPA DE SITUAÇÃO

